

PORTO & MAR

Telefone 2102-7272 E-mail portoemar@grupo-tribuna.com

Sindaport: possível oferta de ações da APS deve priorizar trabalhador

Sindicato pontua que proposta de abertura de capital da gestora do Porto precisa pensar primeiro nos empregados

BÁRBARA FARIAS

DA REDAÇÃO

A ideia de abertura do capital da Autoridade Portuária de Santos (APS) ao mercado mobilizou o Sindicato dos Empregados na Administração Portuária (Sindaport). A entidade propõe que, caso o plano seja concretizado, os empregados possam adquirir as ações ofertadas de forma prioritária.

Em reportagem publicada na quinta-feira em A Tribuna, que levou o Sindaport a elaborar um parecer jurídico sobre a questão, o presidente da APS, Anderson Pomini, declarou ter apresentado à Casa Civil do Governo Federal um pedido visando a contratação de estudos para abertura de capital da gestora do Porto. Ele lembrou que se trata de uma empresa pública federal, cujo acionista é o governo. Pomini explicou que “no momento certo”, o Porto contratará uma consultoria que fará os estudos pela viabilidade da abertura de capital.

COMO SERIA

A ideia do presidente é ofertar 49% das ações da empresa do Porto de Santos ao mercado, mantendo 51% sob o controle da União.

Mas, em nota enviada ontem, a APS informou que, “embora citada como possibilidade futura, não existe encaminhamento formalizado para abertura de capital da APS. Trata-se apenas de uma ideia, um tema que só seria discutido caso houvesse uma decisão nesse sentido por parte do Governo Federal, que tem o poder de levar isso adiante, o que não ocorreu”, ressaltando ainda que isso “não faz parte das prioridades da APS”.

SEM ALTERAÇÃO

O advogado e representante jurídico do Sindaport, Cleiton Leal Dias Júnior, explicou que a estrutura jurídica da empresa portuária não seria alterada



Em nota enviada ontem, a APS informou que ainda não existe encaminhamento formalizado para abertura de capital e trata-se apenas de ideia

com eventual abertura de capital. “A estrutura toda seria mantida, porque a lei não mudou. Enquanto a lei portuária for a atual, tudo fica igual”, afirmou.

Ele ressaltou ainda que a permanência da União como acionista majoritária garantiria a continuidade dos mecanismos de controle. “Sendo a União a acionista majoritária, ainda existe o Sest (Serviço Social do Transporte), que é o órgão de controle das estatais e das sociedades de economia mista, haveria um controle rígido”, comentou.

Mas Leal também analisou que a entrada de capital privado poderia gerar pressões por maior rentabilidade. “O que o sócio minoritário faz é pressionar a administração para gerar mais lucro, e nem sempre o que é melhor para a iniciativa privada é o melhor para a sociedade”, avaliou.

Impactos dependem do modelo

CAUTELA

O representante jurídico do Sindaport reforçou a necessidade de cautela. “A Autoridade Portuária é um negócio lucrativo, estratégico e importante para a Cidade. Uma abertura de capital precisa ser feita com muito cuidado”.

ria anunciar é um interesse de abrir até 49% do capital, um volume muito alto. A gente não sabe como ficaria essa correlação de forças, dependeria muito de quem comprar essas ações”, afirmou.

Por isso, ele propõe que, caso a APS ofereça ações ao mercado, que os empregados possam fazer as aquisições. “Se tem alguém que deve ter o privilégio de comprar essas

ações, são os empregados. A maioria das empresas oferece pacotes de compra para os funcionários”, disse, observando que isso aumentaria o engajamento. “Quando o empregado, além de funcionário, passa a ser acionista e participa dos resultados, o nível de comprometimento, que já é alto, aumenta, e muito”, afirmou.

Conforme o representante jurídico do Sindaport, os empregados da APS são vinculados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não são estatutários (servidores públicos), então, a mudança não afetaria os contratos de trabalho, uma vez que a natureza da empresa, de economia mista, seria mantida.